

STJ00113788

CARLOS EDUARDO FERREIRA DOS SANTOS

ADIMPLENTO SUBSTANCIAL
NOS CRIMES TRIBUTÁRIOS

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2022

© 2022 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella ■ Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FORUM

CONHECIMENTO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15ª andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

F383a	<p>Ferreira dos Santos, Carlos Eduardo</p> <p>Adimplemento substancial nos crimes tributários / Carlos Eduardo Ferreira dos Santos. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.</p> <p>139 p. ; 14,5cm x 21,5cm.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>ISBN: 978-65-5518-264-4</p> <p>1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Direito Penal. 4. Direito Tributário. 5. Direito Financeiro. I. Título.</p> <p>2021-4231</p>	<p>CDD: 347</p> <p>CDU: 347</p>
-------	--	---------------------------------

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Eduardo. *Adimplemento substancial nos crimes tributários*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 139 p. ISBN 978-65-5518-264-4.

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR.....	13
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1	
DIREITO PRIVADO.....	19
1.1 Obrigações no Direito Civil.....	21
1.1.1 Generalidades.....	21
1.1.2 Responsabilidade (<i>haftung</i>) e débito (<i>schuld</i>)	26
1.1.3 Cumprimento das obrigações – adimplemento	27
1.2 Adimplemento substancial	30
1.2.1 Origem e conceito do adimplemento substancial	32
1.2.2 Fundamento principiológico do adimplemento substancial no Código Civil de 2002	37
1.2.3 Consequências da adoção da teoria do adimplemento substancial	40
1.2.4 Adimplemento substancial no direito comparado.....	42
CAPÍTULO 2	
DIREITO PÚBLICO	47
2.1 Obrigações no Direito Tributário	50
2.1.1 Obrigação tributária.....	50
2.1.2 Tributo.....	53
2.1.3 Crédito tributário.....	55
2.1.4 Extinção do crédito tributário pagamento e remissão	56
2.1.5 Exclusão do crédito tributário – isenção	59
2.2 Crimes tributários.....	61
2.2.1 Generalidades.....	61
2.2.2 Tipos penais de crimes tributários	65
2.2.3 Característica basilar: a fraude.....	71
2.2.4 Extinção da punibilidade nos crimes tributários	74
2.3 Repercussão no Direito Financeiro	81

2.3.1	Conceito de Direito Financeiro	81
2.3.2	Necessidades públicas	82
2.3.3	Receita pública tributária.....	85
2.3.4	Responsabilidade fiscal.....	86

CAPÍTULO 3

ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL E CRIMES TRIBUTÁRIOS		95
3.1	Unicidade do Direito.....	95
3.2	É possível transladar instituto de direito privado para o direito público?	96
3.3	Diálogo de fontes	98
3.4	Diálise entre a unicidade do Direito e o diálogo de fontes.....	101
3.5	Não aplicação da teoria do adimplemento substancial na seara penal	103
3.6	Necessidade do pagamento integral do tributo para extinguir a punibilidade	106
3.7	Inaplicabilidade automática da teoria do adimplemento substancial na extinção da punibilidade nos crimes tributários. 107	
3.7.1	Repercussão financeira	107
3.7.2	Princípio da legalidade tributária	109
3.7.3	Interpretação legal	110
3.8	Possibilidade de o legislador conceder isenção ou remissão parcial – <i>adimplemento substancial tributário</i>	112

CAPÍTULO 4

JURISPRUDÊNCIA SOBRE ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL		115
4.1	Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	116

CONSIDERAÇÕES FINAIS		131
----------------------------	--	-----

REFERÊNCIAS.....		133
------------------	--	-----